

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15260 - Resumo Expandido - Trabalho - 5ª Reunião Científica Regional da ANPEd Norte (2024)

ISSN: 2595-7945

GT25 – Educação e Povos Indígenas

LICENCIATURAS INTERCULTURAIS E DECOLONIALIDADE: UMA ANÁLISE DO NOVO PPC DO CURSO FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS FACED/UFAM
Ana Paula Diniz Fernandes - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

**LICENCIATURAS INTERCULTURAIS E DECOLONIALIDADE: UMA ANÁLISE
DO NOVO PPC DO CURSO FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS
FACED/UFAM**

RESUMO: A formação específica para professores indígenas é considerada como um dos elementos essenciais para a efetivação da qualidade das escolas indígenas, uma vez que prepara indígenas para atuarem nas escolas de seus próprios territórios. Este trabalho apresenta resultado de pesquisa que objetivou analisar o novo Projeto Pedagógico do curso Formação de Professores Indígenas da FACED/UFAM. Em abordagem qualitativa e sob perspectiva epistemológica decolonial/intercultural crítica, realizou-se pesquisa documental. Enquanto resultados da pesquisa, observa-se que o documento analisado busca atender e desenvolver os princípios da Educação Escolar Indígena, bem como se preocupa em trazer para a formação subsídios em temas importantes para a autonomia e luta dos povos indígenas.

Palavras-chave: Licenciaturas Interculturais; Formação de Professores Indígenas; Interculturalidade Crítica; Decolonialidade.

INTRODUÇÃO

De acordo com dados do Censo 2022 (IBGE, 2023), o Amazonas possui a maior população indígena do Brasil, contabilizando 490.854 pessoas, o que representa 28% da população indígena total do país. O estado possui também a maior diversidade de povos e línguas - aproximadamente 110 povos entre isolados e em contato e mais de 60 línguas (Santos, 2021).

À vista disso, a demanda por formação de professores indígenas para atuar nas escolas dentro e fora das Terras Indígenas é grande e crescente. É reivindicação dos povos indígenas vagas em licenciaturas interculturais específicas que respondam às determinações da Educação Escolar Indígena (EEI), levando em consideração os seus princípios – especificidade, diferença, interculturalidade, bi/multilinguismo e comunitarismo.

Este trabalho apresenta dados de pesquisa documental sob perspectiva decolonial/intercultural crítica e objetiva analisar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Formação de Professores Indígenas da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas (FACED/UFAM), seus limites e potencialidades frente à Resolução CNE/CP 01/2015, bem como sua articulação com temas de relevância para a luta e autonomia dos

povos indígenas.

METODOLOGIA

A pesquisa aqui apresentada adotou a abordagem qualitativa e a pesquisa documental como aporte metodológico. Enquanto pesquisa qualitativa, procurou-se estabelecer a compreensão acerca da complexidade, pluralismo e inter-relações do fenômeno estudado (Groulx, 2014).

Enquanto pesquisa documental, utilizou-se o método de análise documental de Cellard (2014), buscando, através de investigação aprofundada, os elementos que apontassem as pistas para o entendimento dos documentos analisados. O corpus documental é composto pelo PPC do Curso Formação de Professores Indígenas e pela Resolução CNE/CP 01/2015.

DECOLONIALIDADE/INTERCULTURALIDADE CRÍTICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS

O campo da formação de professores indígenas vem se corporificando conjuntamente ao campo da EEI, principalmente após o entendimento de que a qualidade dessa modalidade depende, entre outras coisas, de professores indígenas atuando nas escolas de seus territórios. Desde 2015, a Resolução CNE/CP 01/2015 normatiza os cursos específicos de formação de professores indígenas tanto em nível médio quanto em nível superior.

Levando em consideração o normativo, a formação de professores indígenas, para garantir sua qualidade sociocultural e etnoterritorial, deve levar em consideração os princípios da Educação Escolar Indígena: especificidade, diferença, interculturalidade, bi/multilinguismo e comunitarismo. Nesse sentido, é preciso considerar as singularidades da construção de conhecimentos dos povos e “[...] o desenvolvimento de ações educativas de resistência em relação aos saberes ancestrais, bem como a valorização da oralidade”, assegurando e valorizando “[...] a sabedoria historicamente negada, usurpada e silenciada” (Bergamaschi; Leite, 2022 p. 66).

Importa também que as formações se preocupem com a construção de novas formas de interação dos sujeitos em sociedade e com o meio ambiente, “[...] em uma perspectiva que ultraja e supera o passado colonial e as orientações propostas pelo cientificismo eurocentrista.” (Gonzaga, 2022, p. 148), que adentre em possibilidades epistêmicas outras, incluindo as suas ancestrais, no entendimento de que não se tratam de saberes do passado, mas como “[...] conhecimentos que têm contemporaneidade para criticamente ler o mundo, e para compreender, (re)aprender.” (Walsh, 2009, p. 25).

Em perspectiva intercultural crítica, potencializar a relação dialética entre os diferentes sujeitos socioculturalmente diferentes, favorecendo uma coexistência compartilhada de

tempo, espaço e projetos sociais (Luciano, 2013), fortalecendo as identidades indígenas e articulando à formação discussões e competências profissionais e políticas relacionadas à escola e territórios indígenas, além de outros espaços de atuação do professor indígena. (Candau, 2008; Santos, 2021).

O PPC DO CURSO FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS

De acordo com Diniz e Santos (2019, p. 76), a primeira turma do Curso Formação de Professores Indígenas inicia em 2008 após reivindicação do povo Mura do município de Autazes/AM, através da sua representação do movimento indígena, a Organização dos Professores Indígenas Mura (OPIM), uma vez “[...] cientes da necessidade de uma formação adequada para o exercício de uma prática docente de qualidade em suas escolas”, e através de aceite ao edital do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND) para fomento de cursos de licenciaturas específicas a povos indígenas. Em 2009, em respeito ao Decreto Presidencial nº 6.861/2009, que estabelece a Política dos Territórios EtnoEducativos, o curso passa a atender turmas multiétnicas, tendo concluído 8 turmas até o presente momento, de 30 povos do Amazonas e de 1 município do Pará, e com a turma Baixo Amazonas em andamento, contendo cursistas de 10 municípios.

Após 9 anos de discussão para sua reestruturação, o atual PPC está em vigência em 2023. Sua reformulação ocorreu considerando a avaliação do curso ocorrida em 2014, o "Tipiti Pedagógico" realizado entre 2014 e 2016, a avaliação dos egressos, bem como discussões no decorrer de 2023 para o atendimento da turma Baixo Amazonas. Este possui forte vinculação à Resolução CNE/CP 01/2015 e, no que é possível, atende à Resolução 02/2019 (carga horária e matriz curricular).

O curso permanece sendo modular, presencial, de turno integral e prevê sua oferta no campus de Manaus, no Centro de Formação de Professores Indígenas existente na Fazenda Experimental da UFAM ou em municípios do interior, em colaboração com outras unidades da UFAM ou outras IES. Este incorre em titulação em Educação Escolar Indígena com ênfase em três áreas: Linguagens, Ciências Humanas e Sociais ou Ciências Naturais.

Se organiza em 4 módulos de Formação Geral, 4 módulos de Formação Específica em uma das ênfases e 1 módulo de Integração das áreas. O eixo estruturante do curso é a pesquisa, presente desde o primeiro módulo do curso, em conjunto com atividades práticas que sejam orientadas pela pesquisa. Considera também como atividades acadêmico-científico-culturais as desenvolvidas pelo movimento indígena, bem como os momentos sociopolíticos nas escolas indígenas que não eram previstos no PPC anterior. Disciplinas voltadas ao fortalecimento linguístico perpassam as 3 ênfases, no entendimento de que não é apenas o professor de linguagens o responsável pelo fortalecimento linguístico na escola. Prevê flexibilidade para adequação às realidades socioculturais, territoriais e linguísticas das turmas futuras, formando para atuar nas escolas da aldeia, mas também em contextos outros,

que se vinculam à EEI.

No entendimento de que a maioria dos cursistas já atuam como professores nas escolas indígenas e/ou possuem formação no Magistério Indígena do Projeto Pirayawara, o estágio prevê ações que considerem a autoavaliação e ressignificação de seus planejamentos e estudo de espaços escolares e não-escolares, bem como inclui as organizações indígenas como possibilidade de campo de estágio. Os Trabalhos de Conclusão de Curso, em perspectiva inter/transdisciplinar, serão construídos a partir da pesquisa e dos projetos societários do povo e poderão ser em língua indígena com tradução do resumo em língua portuguesa.

O ementário apresenta discussões atuais e relevantes à EEI e realidade dos povos indígenas do Amazonas, com temas sobre gestão e proteção dos territórios indígenas, projetos societários de bem viver, fortalecimento identitário e linguístico, direitos indígenas e direitos da natureza, conciliando ciências indígenas e não indígenas. O referencial teórico básico das disciplinas coaduna de maneira considerável com os princípios e concepções do PPC e apresenta ampliação da presença de autores indígenas, bem como autores com dedicação à discussão da EEI e de processos interculturais e decoloniais, principalmente nas disciplinas da formação geral e da ênfase Linguagens e Ciências Humanas e Sociais, confirmando o que é enunciado na sua sessão de concepção e princípios do curso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Licenciaturas Interculturais são espaços formativos que visam contribuir não apenas para a melhoria da qualidade da EEI, mas também com os projetos societários e com a luta dos povos indígenas por autonomia e materialização dos seus direitos.

O novo PPC do curso Formação de Professores Indígena da FACED/UFAM apresenta-se como inovador, uma vez que insere a pesquisa e as práticas pedagógicas em um percurso de construção e amadurecimento formativo ao longo de todo curso, atendendo à Resolução CNE/CP 01/2015. Ao atender a Resolução 02/2019 quanto à organização da matriz curricular, pode incorrer em disciplinarização, contrariando a inter/transdisciplinaridade proposta.

Percebe-se também que, apesar dos avanços nas discussões decoloniais/interculturais críticas e nos temas relevantes aos povos indígenas, a ênfase em Ciências Naturais precisa ainda ampliar a discussão nesse sentido.

Por fim, julga-se pertinente que os resultados desta pesquisa documental sejam acrescidos de resultados de pesquisas de campo acerca da prática docente na formação de professores indígenas.

REFERÊNCIAS

- BERGAMASCHI, Maria Aparecida; LEITE, Ângela Maria Araújo. Formação de professores indígenas. A universidade como território de resistência? **Runa**, v. 43, n. 1, p. 57-75, 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009**. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em Territórios Etnoeducacionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6861.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.861%2C%20DE%20Acesso em: 15 mai. 2024.
- BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 7 de janeiro de 2015**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16870-res-cne-cp-001-07012015&category_slug=janeiro-2015-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16870-res-cne-cp-001-07012015&category_slug=janeiro-2015-pdf&Itemid=30192) Acesso em: 20 mai. 2024.
- CANDAU, Vera Maria. Direitos Humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**. v. 13 n. 37, p. 45-56, jan./abr. 2008.
- CELLARD, André. A análise documental. IN: POUPART, Jean. Et al. **A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- DINIZ, A. P.; SANTOS, J. N. A Interculturalidade nas práticas pedagógicas do estágio dos alunos da turma Mura do curso de licenciatura em Formação de Professores Indígenas/FACED/UFAM. In: Ana Teresa Silva Sousa; Gerson Bacury; Fabiane Maia Garcia. (Org.). **Os desafios amazônicos: educação, currículo e política**. 1ed. São Paulo: Garcia Edizioni, 2019, v. 1, p. 70-79.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indígenas: Primeiros Resultados do Universo**. Brasília, DF: IBGE, 2023.
- GONZAGA, Álvaro de Azevedo. **Decolonialismo Indígena**. 2a ed. São Paulo: Matrioska, 2022.
- GROULX, Lionel-Henri. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. IN: POUPART, Jean. Et al. **A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução: Ana Cristina Nasser. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- LUCIANO, Gersem José dos Santos. **Educação para o manejo do mundo: entre a escola ideal e a escola real no Alto Rio Negro**. Rio de Janeiro: Contra Capa; Laced, 2013.
- SANTOS, Jonise Nunes. **Políticas Linguísticas e Docência Indígena no estado do Amazonas**. 2021. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Projeto Pedagógico do curso de graduação em Formação de Professores Indígenas**. Manaus, 2023.
- WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (org.). **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.